

25 Miranda e Neomil Macedo para apreciarem a seguinte ordem do dia: **1** - Posse dos
26 Representantes dos Professores Aposentados da UEPG Alcides Ivan Nunes Rocha e
27 Divonsir Machado, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, junto ao
28 Conselho Universitário da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Posse dos
29 Representantes do Governo de Estado do Paraná Aroldo Messias de Melo Junior e
30 Hermínia Regina Bugeste Marinho, na qualidade de titular e suplente,
31 respectivamente, junto ao Conselho Universitário da Universidade Estadual de Ponta
32 Grossa; **2** - Processo nº **17.299/2016** apenso nº 17.627/2016. Interessada: Seção Sindical
33 dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa - SINDUEPG. Assunto:
34 Suspensão do Calendário Universitário da UEPG, ano letivo 2016. Relatora: Conselheira
35 Silviane Buss Tupich. A Presidência da mesa cumprimentou a todos os presentes e, depois
36 de constatada a existência de quórum regimental, iniciou a reunião justificando as
37 ausências do Magnífico Reitor Professor Carlos Luciano Sant'Ana Vargas por falecimento
38 na família, e das Conselheiras Adriana Scoton Antonio Chinelatto e Maria Elena Payret
39 Arrúa; considerou a presença de pessoas da comunidade universitária e representantes
40 do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos Estaduais de Ensino Superior de
41 Ponta Grossa - SINTESPO e da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual
42 de Ponta Grossa - SINDUEPG, orientando sobre o Regimento Interno do COU e seus
43 encaminhamentos; abriu inscrição para os Conselheiros que quisessem fazer uso da
44 palavra após o relato do processo a ser discutido e demais representantes dos órgãos
45 sindicais, sendo um (1) interlocutor por categoria. Após breve orientação, passou-se à
46 leitura do Termo de Posse e Exercício dos Representantes dos Professores Aposentados
47 da UEPG e dos Representantes do Governo de Estado do Paraná junto ao Conselho
48 Universitário da Universidade Estadual de Ponta Grossa pela Secretária Geral dos

49 Conselhos Superiores, e à assinatura do referido Termo pelos empossados. Seguidamente
50 a Presidência executou o chamamento do PROCESSO nº 17.299/2016 e seu apenso,
51 passando a palavra à Conselheira relatora. A Conselheira Silviane Buss Tupich declarou
52 relatar de forma sucinta a matéria de solicitação à suspensão do Calendário
53 Universitário, gerada a partir de decisão aprovada em reunião do Comando de Greve
54 do dia 13 de outubro próximo passado, e no dia seguinte - 14 de outubro - protocolada
55 pelo SINDUEPG; informou que o processo foi devidamente instruído pela Procuradoria
56 Jurídica, através do Parecer nº 406/2016, conforme folhas nº 04 a 11 do processo,
57 conforme alguns pontos transcritos a seguir: "*Limitando-se ao objeto desse parecer para a análise*
58 *da legalidade do pedido do SindUEPG de suspensão de todos os calendários universitários por tempo*
59 *indeterminado, somos de parecer desfavorável ao atendimento do mesmo, com base nas mais recentes*
60 *decisões judiciais da Vara da Fazenda Pública que possuem jurisdição sobre a UEPG, bem como do*
61 *Tribunal de Justiça do Paraná.*"; ainda sobre o mesmo parecer, datado de 04 de novembro de
62 2016 fez a seguinte citação: "*Tendo sido sua análise prejudicada pelo incidente ocorrido na Reitoria*
63 *da UEPG, ação pela qual justifica-se o decurso do tempo para confecção do presente parecer ipsis litteris*
64 *da folha 04 do processo objeto do relato.*"; comunicou estar anexada às folhas 12 a 19, cópia do
65 Processo nº 17.829/2016 que trataria do Termo de Composição formalizado entre o
66 Movimento Resistência Estudantil e a Universidade Estadual de Ponta Grossa, o qual
67 traria inúmeras reivindicações cabendo ser destacado que, uma vez que o assunto seria
68 a pauta da reunião, às folhas 14, cláusula primeira, item I, assim se manifestariam: "*Que a*
69 *Reitoria convoque em caráter extraordinário o Conselho Universitário para deliberar e definir sobre a*
70 *suspensão ou a manutenção do Calendário Universitário até o dia 04 de novembro de 2016.*",
71 reivindicação esta cumprida pela Reitoria, considerado terem sido todos os Conselheiros
72 convocados por correspondência comprobatória, a qual integraria o processo; finalizou
73 seu relato informando estar apenso o Processo nº 17.627/2016, do Centro Acadêmico de
74 Agronomia, de encaminhamento da Ata Estudantil Extraordinária de 19 de outubro de

75 2016, referente a Assembleia realizada pelos acadêmicos de Graduação e Pós-
76 Graduação, todos vinculados ao Setor de Ciências Agrárias e de Tecnologia - SCATE, e
77 que em sua maioria teriam se manifestado contrários à suspensão do Calendário
78 Universitário. A Senhora Presidente ao abrir espaço para discussão, primeiramente
79 solicitou presença na mesa do Conselheiro Miguel Archanjo de Freitas Junior na condição
80 de Pró-Reitor, para que apresentasse proposta da Pró-Reitoria de Graduação -
81 PROGRAD em relação ao Calendário. O Conselheiro Miguel Archanjo de Freitas Junior
82 iniciou sua fala apontando que momentos de crise seriam também momentos
83 pedagógicos, e que em todo momento a administração tentaria pautar pelo diálogo e
84 pelo respeito às mais diferentes instâncias; defendeu que nem sempre os posicionamentos
85 seriam convergentes, portanto, a preocupação principal teria sido pautada pelo respeito
86 às diferenças e para que não houvesse prejuízos pedagógicos; comunicou que após
87 diferentes demandas ouvidas e trabalho materializado por inúmeras pessoas, às quais
88 expressou alguns agradecimentos, teria sido elaborada proposta de minuta de resolução
89 onde fossem atendidas situações diversas com a menor quantidade possível de prejuízos.
90 Passou à leitura integral da minuta de resolução proposta, reforçando pontos já expostos
91 quanto ao respeito às diversas opiniões e demandas daqueles que mantiveram suas
92 atividades e dada possibilidade tanto em dias letivos como em segunda oportunidade
93 de realização das avaliações, àqueles partícipes do movimento; rememorou sobre as
94 formaturas do ano anterior quando muitos dos formandos conquistaram na justiça o
95 direito pela manutenção da data das suas formaturas, custo esse pago pela UEPG até os
96 dias de hoje; explicou que no quesito formatura, estariam sendo seguidos os mesmos
97 princípios estabelecidos por Ordem de Serviço emitida pela PROGRAD; atestou que o
98 período de recomposição das atividades estaria plenamente respeitando os calendários,
99 tanto do ano em curso como o de 2017, já aprovado. Seguidamente a Presidência abriu

100 inscrições para fala, passando a palavra primeiramente aos representantes dos órgão
101 sindicais presentes para manifestação individual de até dez (10) minutos. A Professora
102 Rosângela Maria da Silva Petuba, na condição de Presidente da SINDUEPG, reportou-se
103 a breve histórico do protocolado, permitindo-se explanar sobre a concepção de cultura
104 de greve, na qual estaria acreditando, finalmente estar estabelecida na UEPG;
105 corroborou com afirmação do Conselheiro Miguel Archanjo de Freitas Júnior de que o
106 processo seria pedagógico; descreveu sobre a tarefa dos Sindicatos, em realizar o difícil
107 debate com a categoria nos vinte (20) dias de greve, a qual estaria suspensa e não
108 encerrada; afirmou que pelo Sindicato ter responsabilidade é que a última Assembleia
109 teria apontado à suspensão do calendário, e que formalizado documento pela suspensão
110 retroativa teria sido por ter a mais perfeita concepção de que a educação pública de
111 qualidade seria direito líquido e certo, e que os estudantes teriam direito a qualidade da
112 reposição das suas atividades em período regulamentar; enfatizou o pedido pela
113 suspensão retroativa não tratar de abertura de processo de exceção, e reafirmou que a
114 greve seria direito da categoria, lamentando que professores da Instituição teriam
115 furado o movimento de greve; afirmou que apesar dos percalços, acreditaria que a
116 Instituição teria saído fortalecida do processo de greve, e que no caso da retomada da
117 paralisação, a questão certamente seria repautada em assembleia; finalizou ressaltando
118 que a UEPG seria uma só, que o movimento docente seria um só, que o movimento
119 estudantil seria um só, e desejou a todos serenidade no enfrentamento. Em seguida a
120 Presidência passou a palavra ao representante do SINTESPO, servidor técnico-
121 administrativo da UEPG Emerson José Barbosa, na condição de Presidente daquele
122 sindicato, que disse acreditar na proposta apresentada, por esperar que venha em
123 atendimento, principalmente dos acadêmicos, pois respeitaria os adeptos ao movimento
124 de greve, como também aqueles que não teriam somado ao movimento; historiou a

125 respeito da greve deflagrada pelo SINTESPO ter sido democrática, tanto quanto sua
126 suspensão, explanando sobre a difícil negociação com o Governo de Estado, que estaria
127 mantendo a afirmação de falta de recursos para o pagamento da data-base; defendeu
128 a estratégia de luta pelo diálogo com o Governo e da persistência na negociação por
129 sete (7) ou oito por cento (8%) daquele pagamento; reiterou que a condição da greve
130 seria de suspensão e não encerramento, da continuidade do estado de greve e
131 permanência do estado de alerta, podendo-se retornar à greve no caso da data-base
132 não ser repassada pelo Governo; corroborou com a opinião da Presidência da
133 SINDUEPG, na questão da conscientização sobre a cultura de greve dentro da UEPG;
134 finalizou sua fala rogando aos Conselheiros representantes dos servidores técnicos e
135 docentes, a oficialização de pedido de discussão a respeito das férias coletivas, visando
136 sua extinção. Dando continuidade aos pronunciamentos das categorias presentes, a
137 Presidência cedeu a palavra ao acadêmico do 2º ano do Curso de Licenciatura em
138 História, Eduardo Leite Lisboa, representante do Movimento Resistência Estudantil -
139 MRE, que iniciou parabenizando seus companheiros pelo momento de debate,
140 reconhecido como vitória conquistada pelo movimento; passou a narrar sobre a
141 deflagração da greve estudantil e o posicionamento favorável à suspensão retroativa do
142 calendário universitário, solicitada em documento redigido pelo MRE conjuntamente
143 com o comando de greve, embasada no apoio à dignidade do ensino; alegou ser
144 incabível a reposição de vinte e dois (22) dias de aula com qualidade e que o direito a
145 educação de qualidade deveria ser assegurado; apresentou exigência da classe
146 estudantil de participação nas decisões referentes a calendário; explanou a respeito das
147 ocupações no Estado e no País, exaltando o Movimento ter saído vitorioso contra o
148 fascismo existe na região dos Campos Gerais; atestou o incômodo na luta por uma
149 educação democrática, e afirmou incomodarem ainda mais, considerada a continuidade

150 da resistência estudantil. Na sequência, a Senhora Presidente passou aos
151 pronunciamentos dos Conselheiros inscritos. O Conselheiro Robson Laverdi na qualidade
152 de representante docente e professor participante do Comando de greve iniciou sua fala
153 apresentando apoio ao Conselheiro Miguel Archanjo de Freitas Júnior no seu primado de
154 aprendizado pedagógico; em breve reflexão, alegou que a tensão vivida nos corredores
155 da UEPG teria sido menor se a discussão pela suspensão do calendário tivesse ocorrido
156 mais cedo, admitindo ser sabido que o COU é soberano em sua decisão, e que esta teria
157 sido acatada; alegou ter sido desrespeitosa a consulta encaminhada aos departamentos
158 e setores sobre adesão a greve, expressando seu desejo que no futuro não se repetisse o
159 desrespeito às decisões soberanas das assembleias; elogiou preocupação da
160 administração com o calendário em proposta apresentada e solicitou encaminhamento
161 de debate aos departamentos quanto ao respeito e anistia aos estudantes que
162 deliberaram e aderiram pela greve. A Conselheira Fabiana Postiglione Mansani afirmou
163 sua fala ser dirigida mais ao sentido prático da proposta, manifestando-se sobre os
164 calendários para o ano de 2017 e atestando especificidades para o curso de medicina
165 que teria findo seu primeiro semestre do ano letivo 2016/2017 no dia 1º de março.
166 Imediatamente o Conselheiro Miguel Archanjo de Freitas Júnior esclareceu que as
167 particularidades dos cursos seriam tratadas caso a caso com os Colegiados de Curso e/ou
168 Setores de conhecimento, dentro da abrangência de Ordem de Serviço a ser emitida
169 pela PROGRAD. Em seguida o Conselheiro Raphael Vieira Lopes declarou ter integrado
170 o Movimento Estudantil, e que embora não reconhecido e considerados vários
171 questionamentos, o Movimento Estudantil teria posse de legislação própria, obedecida,
172 tendo respaldo para convocar assembleia; comunicou ter havido a convocação e
173 divulgação da assembleia, e o comparecimento representativo de nove (9) Centros
174 Acadêmicos, dando legitimidade à assembleia; alegou o quantitativo de presença ter

175 sido pequeno, considerada a ausência espontânea da maioria; citou haver dificuldade de
176 aprovação de Estatuto do Diretório Central de Estudantes - DCE, pela falta de
177 participação; expôs que a partir da manifestação da Resistência Estudantil, teria ocorrido
178 reavivamento dentro da UEPG para o Movimento Estudantil, caracterizando
179 aprendizado a todos os estudantes e professores que acompanharam; afirmou que se aos
180 estudantes não seria dado o direito à greve, a classe acadêmica usaria a paralisação
181 como forma de protesto, já que não só como acadêmicos, mas como cidadãos teriam
182 esse direito garantido na Constituição; continuou, enaltecendo as assembleias do
183 Movimento como ponto positivo de esclarecimento à desinformação, e mencionou
184 conquistas dos Movimentos Sociais; reafirmou apoio ao Movimento Estudantil e ao
185 Movimento Grevista dos Professores, afirmando que a proposta da Reitoria estaria
186 refletindo o diálogo tido durante a greve; finalizou atestando que desde o início da sua
187 representação discente, seria aberto o diálogo pela Reitoria e que a proposta viria
188 garantir a reflexão dos grevistas, o direito dos que não aderiram e estiveram em sala de
189 aula e dos casos especiais dos formandos. A Conselheira Rosiléa Clara Werner fez uso da
190 palavra expressando satisfação pela participação expressiva em reunião do COU,
191 considerado o papel de Conselheiro não ser fácil perante as expectativas depositadas por
192 seus representados; referiu-se a manifestação da Resistência Estudantil, quando da
193 entrada de grupo de estudantes no Bloco da Reitoria no dia 19 de outubro próximo
194 passado, demonstrando preocupação pelo termo "incidente" presente em parecer
195 jurídico exarado, discordando da colocação do termo, o qual afirmou tratar de
196 "ocupação"; asseverou não ser jurídica a greve, devendo ter sido apresentado parecer
197 com pauta pedagógica e não texto extremamente "juridiquês"; foi enfática na afirmação
198 da importância do cuidado com a questão pedagógica, com o processo de ocupação e
199 com o movimento de greve, ressaltando que os ganhos e perdas das lutas seriam

200 coletivos; arrematou considerando que a recomposição do calendário seria para todos os
201 cursos, para a garantia da qualidade de ensino e de conhecimento. Próxima fala inscrita,
202 a Senhora Presidente passou a palavra à Conselheira Carina Alves da Silva Darcoletto
203 que expôs seu entendimento contrário a respeito da ordem dos procedimentos de
204 assessoramento jurídico, alegando que a emissão de parecer deveria ocorrer após decisão
205 do COU sobre a suspensão do calendário universitário; corroborou sobre a questão do
206 termo mais indicado para definição do ato estudantil, seria ocupação, alegando ser
207 legítima e direito dos estudantes; encerrou declarando que o momento de greve dos
208 professores, unida a dos estudantes teria lhe passado o sentido real de Universidade.
209 Nesse momento a Presidência interviu para solicitar respeito e ordem por parte da
210 comunidade universitária presente. Solicitou aparte o Conselheiro Miguel Archanjo de
211 Freitas Júnior para alguns esclarecimentos; explanou a respeito do termo criminalizar,
212 dizendo ser preocupante essa afirmação por qualquer das partes; destacou sobre a
213 função da Procuradoria Jurídica - PROJUR, em instruir e orientar todo e qualquer
214 processo em seus aspectos legais, norteados as ações posteriores sem interferir no seu
215 julgamento; explicitou que a proposta apresentada foi elaborada em conjunto com a
216 PROJUR, e que no momento da legalidade o parecer formulado foi basicamente técnico,
217 sempre no sentido de resolver a situação da melhor maneira possível. Retornando aos
218 inscritos, a Presidência passou a palavra ao Conselheiro Luis Fernando Cerri que foi
219 enfático na afirmação de que deveria ser discutida pontualmente a proposta, e que do
220 conjunto de reflexões pudesse ser finalizada a minuta de resolução; comentou a respeito
221 dos valores democráticos, do risco em que a civilização estaria exposta pelo momento
222 difícil que passa todo o país; em relação à greve deflagrada em assembleia, afirmou que
223 seria lá, nas assembleias o lugar e momento corretos para que os direitos fossem
224 exercidos; endossou fala anterior de que a Universidade seria uma só e não dividida em

225 duas (2) ou três (3), ressaltando que a decisão teria que ser unificada e uma vez votada
226 em assembleia, o resultado deveria ser aceito; sustentou a proposta pela suspensão
227 retroativa do calendário afirmando que a Universidade teria essa autonomia, e alegou
228 que os membros do Conselho seriam os guardiões desse elemento fundamental da
229 democracia; se reportou ao Movimento Estudantil parabenizando todos os alunos da
230 UEPG e os secundaristas, todos aqueles que seriam portadores de esperança, e
231 concluindo disse que a Universidade seria de todos eles. A Presidência da mesa postulou
232 objetividade na discussão da proposta apresentada e posteriormente passou a palavra
233 ao próximo conselheiro inscrito. O Conselheiro Luiz Alexandre Gonçalves Cunha informou
234 que diferentemente da abordagem de questões práticas da proposta, recorreria à
235 política; expressou opinião de que haveria um recrudescimento da política no país e que
236 cada grupo, cada categoria teria suas armas para participar do embate político que
237 cada vez mais se agrava; atestou que os estudantes fariam valer sua participação e que
238 os servidores usariam suas armas, sendo a greve uma delas; explanou a respeito da
239 organização dos governos no uso de suas próprias armas, citando a indução à mudança
240 do entendimento historicamente trabalhado pelos Tribunais de Contas, se referindo a
241 mudança de entendimento do regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva - TIDE e
242 do pagamento dos inativos, questões estas passíveis de inquietude dos
243 trabalhadores, sob ameaça da perda de direitos que pareciam garantidos; enfatizou a
244 importância da classe entender a necessidade em fazer muita política, utilizando os
245 recursos disponíveis para tanto; quanto a proposta colocada questionou o uso da
246 expressão "suspensão retroativa". Imediatamente atendida sua indagação, o Conselheiro
247 Miguel Archanjo de Freitas Júnior em esclarecimento informou ter sido feita uma série de
248 consultas, que talvez possibilitassem a invalidação das atividades anteriormente
249 realizadas, como provas, estágios, residências, bancas e inclusive a Pós-Graduação; disse

250 que a decisão teria sido pautada pela garantia dos princípios e não pela nomenclatura
251 que pudesse vir a dar abertura para qualquer tipo de ação na justiça. Na sequência o
252 Conselheiro Marcos Vinicius Fidelis na condição de representante dos servidores técnicos
253 administrativos, louvou estar sendo a Universidade discutida de maneira forte e
254 integrada, apesar de alguns excessos e situações difíceis; afirmou que a posição de voto
255 dos representantes da classe seria pautada na maioria de manifestações recebidas dos
256 técnicos, pela manutenção da qualidade do ensino e contra a suspensão do calendário;
257 demonstrou solidariedade às várias causas, dos acadêmicos, dos sindicatos e à
258 manifestação em si; parabenizou a todos os participantes do movimento e atestou crer
259 que na proposta estaria contemplada a qualidade do ensino e o interesse dos docentes e
260 acadêmicos, tanto grevistas como não grevistas. Manifestou-se o Conselheiro Robson
261 Laverdi para comentar sobre o avanço da reflexão pelo debate e encaminhamento da
262 matéria; pediu esclarecimento sobre o Art. 2º constante na proposta, onde estaria
263 assegurado o direito às provas de segunda chamada, indagando se os estudantes teriam
264 direito também aos conteúdos. Novamente o Conselheiro Miguel Archanjo de Freitas
265 Júnior se pronunciou esclarecendo que a instância mais próxima para tomada dessa
266 decisão seria o Colegiado, e informou sobre a incoerência de qualquer denúncia sobre a
267 questão em tempos anteriores. Fazendo uso da sua segunda fala o Conselheiro Luis
268 Fernando Cerri no intuito em partir ao encaminhamento da matéria para votação,
269 colocou-se favorável ao uso do termo "suspensão do calendário universitário retroativo";
270 sugeriu redação para o primeiro artigo, onde seria dado direito aos acadêmicos e
271 docentes do registro das aulas lançadas num certo período, sendo essas aulas
272 reconhecidas; quanto ao tema conteúdo, expressou vontade de que fosse criado um
273 terceiro artigo onde se garantiria o conteúdo. Nesse momento, para conhecimento do
274 Plenário a Presidência passou a ordem dos últimos Conselheiros inscritos, dando como

275 próxima etapa o encaminhamento para votação. A Conselheira Carina Alves da Silva
276 Darcoleta em sua segunda fala reforçou a questão do conteúdo, dizendo que seria
277 preciso aparecer no documento aprovado neste conselho e emitido posteriormente, a
278 garantia de que o mesmo fosse devidamente trabalhado com os estudantes; justificou
279 que por já ter sido encerrada a greve, seria necessário o uso da expressão "suspensão
280 retroativa do calendário" naquele mesmo documento; na qualidade de representante
281 de Colegiado alegou que pelas demandas que os Colegiados já possuem, discordaria da
282 opinião do Pró-Reitor de Graduação de que a decisão a respeito dos conteúdos deveria
283 ficar a cargo dos mesmos. Pediu aparte o Conselheiro Miguel Archanjo de Freitas Júnior
284 para afirmar que a preocupação maior teria sido justamente em não interferir na
285 autonomia dos Colegiados. Nesse momento interrompeu a Conselheira Carina Alves da
286 Silva Darcoleta para reafirmar que no documento elaborado e emitido após decisão do
287 COU, deveria constar a garantia dos conteúdos. Em seguida o Conselheiro Vicente Paulo
288 Hajaki Ribas ponderou a proposta de consignar no documento a expressão "suspensão
289 do calendário" pela mesma ser bastante perigosa, alegando a possibilidade de gerar
290 muitos incidentes, como questionamentos por acadêmicos que eventualmente passassem
291 por reprovações ou mesmo por se sentirem prejudicados em alguma situação; em tom
292 de esclarecimento ressaltou a suspensão de calendário ser decorrente de decretação, de
293 deflagração do estado de greve, afirmando que cessado o movimento grevista, a
294 proposta para suspensão do calendário perderia seu objeto; disse que, no caso de
295 frustradas as negociações com o Estado, poderia se rediscutir a questão, mas que no
296 momento o debate e votação estariam prejudicados, não tendo mais sentido; sobre
297 questões citadas em falas anteriores em relação a parecer jurídico, explicou que deve ser
298 sempre exarado, emitido previamente a qualquer decisão, pois não é conclusivo, nem
299 determinante, trata-se de ideia, de opinião; atestou o órgão emissor não ter

300 competência para modificar decisões de órgão máximo através de novo parecer,
301 ponderando que o parecer jurídico já tão mencionado, teria mais o sentido de alerta, de
302 trazer à reflexão deste Conselho, decisões anteriormente tomadas a respeito de
303 suspensão de calendário; finalizou afirmando que a análise e discussão deveria se ater à
304 proposta formulada pela PROGRAD e que a questão das segundas chamadas já estaria
305 contemplando a garantia do conteúdo. O Conselheiro Luiz Alexandre Gonçalves Cunha
306 fazendo uso da sua segunda fala, expressou plena concordância sobre a centralidade na
307 questão do conteúdo e sua inclusão no documento; acusou falta de convencimento do
308 porque ser evitada a expressão "suspensão retroativa", apesar dos argumentos já
309 expostos; no sentido de aprofundar a discussão, deixou em aberto questionamento aos
310 demais Diretores de Setor, indagando sobre se sentir confortável com a responsabilidade
311 na decisão da matéria conteúdo. Antes de passar a palavra aos demais inscritos, a
312 Presidência considerou o direcionamento das falas, explanando a respeito de como teria
313 sido executado o árduo trabalho, de uma (1) noite, de elaboração da minuta proposta;
314 afirmou haver total concordância de que a garantia dos conteúdos deveria estar contida
315 no documento, já que o objetivo principal seria preservar os direitos dos acadêmicos e de
316 todos os que participaram ou não, dos movimentos; informou que o Pró-Reitor de
317 Graduação estaria rascunhando e incluindo algumas das colocações apresentadas, pois a
318 minuta deveria ainda passar pelo setor jurídico, antes de sua emissão, para devida
319 adequação da linguagem; se referiu também sobre a questão da expressão "suspensão",
320 alertando que sendo usada, invalidaria juridicamente todos os atos e atividades
321 realizadas naquele período, e num momento como aquele, de greve, quem estaria
322 sofrendo mais fortemente as consequências, seria a graduação; dentre as atividades não
323 paralisadas que seriam invalidadas, citou algumas como a pós-graduação, mestrados,
324 doutorados e bancas de graduação; justificou assim o uso da expressão "extensão", a qual

325 estaria resguardando o direito dos cursos paralisados de reporem o que fosse necessário
326 dentro do período constante da minuta proposta. Findas as considerações da
327 Presidência, próxima inscrita a Conselheira Rosiléa Clara Werner usou da palavra para
328 sugerir que fosse votada a suspensão e em seguida o Conselho se reunisse em forma de
329 Grupo de Trabalho para a análise e elaboração de nova minuta ou proposta, e num
330 segundo momento se decidisse pela suspensão retroativa ou não; finalizou fazendo
331 alusão a publicação de matéria pela Universidade Estadual de Maringá - UEM,
332 anunciando suspensão retroativa do calendário daquela Instituição de Ensino Superior -
333 IES. Solicitou questão de ordem o Conselheiro Robson Laverdi para propor
334 encaminhamento de votação da suspensão retroativa e após, nova votação pela
335 incorporação ou não do documento conforme proposto. O Conselheiro Gabriel Andrade
336 Schleder se pronunciou no sentido de expressar sentimento pela tristeza do momento em
337 que estariam sendo discutidos termos jurídicos e não a relevância da matéria original
338 que seria o retorno das aulas para um bem maior, a vida dos acadêmicos dentro da
339 instituição; afirmou que discutir atitude de órgãos, de técnicos, de pareceres exarados,
340 seria afastar o foco real da reunião, alongando assim, sem necessidade, as discussões e
341 por fim a solução; foi enfático na afirmação da concordância pela garantia da reposição
342 dos conteúdos, e de que todos estariam num consenso pelo retorno das aulas, para que
343 nenhum direito fosse perdido e que os acadêmicos tivessem a melhor forma de formação
344 possível, declarando que a respeito de outras IES, as realidades seriam diferentes e que
345 este Conselho se ateriam a decidir a vida da UEPG; encerrou, deixando a cargo dos
346 profissionais da área a questão dos termos a serem usados, dando conotação de que
347 discutir seria perda de tempo. A Presidência solicitou apoio jurídico no sentido de que no
348 documento protocolado pela SINDUEPG, estaria claro o pedido de suspensão dos
349 Calendários Universitários, e que em nenhum momento apareceria a expressão

350 "retroativa", sendo taxativa de que seria necessária a resolução da questão nesta
351 reunião, sendo votado pela suspensão ou não do calendário. Novamente por questão de
352 ordem pediu a palavra o Conselheiro Robson Laverdi que alegou que os estudantes não
353 seriam prejudicados pelos professores em greve, mas sim pelo Governo de Estado do
354 Paraná quando descumpre a lei. Aparte solicitado pela Senhora Presidente, a mesma
355 lembrou ao Conselheiro que a questão da greve não estaria mais sendo discutida, e sim
356 quais seriam as atitudes a partir desta data; solicitou ainda, respeito e que fossem
357 controlados os ânimos e manifestações. Interrompeu o encaminhamento o Conselheiro
358 Robson Laverdi, que justificou a interpretação da suspensão como retroativa, tendo
359 como razão a demora da convocação do COU, eximindo os professores grevistas da
360 culpa e em tom acusativo, apontou a gestão da Instituição como culpada pela demora
361 do encaminhamento. Encerradas as inscrições, passou-se às propostas de
362 encaminhamento da matéria. O Conselheiro Luis Fernando Cerri expressou opinião de
363 que deveria ser votada, imediatamente, a suspensão retroativa ou não, e após ser
364 discutida a consequência. A Presidência assumiu o encaminhamento para votação
365 esclarecendo que primeiro seria votada a suspensão do calendário para depois então ser
366 votada a proposta da PROGRAD, no caso da suspensão não ser aprovada, e ainda
367 seriam discutidos os ajustes necessários no documento; registrou a presença de trinta e
368 dois (32) Conselheiros votantes e solicitou aos Conselheiros favoráveis à suspensão do
369 calendário, que se manifestassem erguendo a mão, sendo contado o total de sete (7)
370 votos a favor e após, vinte e quatro (24) votos contrários à suspensão e uma (1)
371 abstenção do Conselheiro Emerson Martins Hilgemberg. Questão de ordem solicitou o
372 Conselheiro Robson Laverdi para pedir que fosse incorporada à pauta dos trabalhos a
373 proposta da PROGRAD. Unanimemente foi aceita a inclusão da proposta, podendo ser
374 votada na sequência. O Conselheiro Miguel Archanjo de Freitas Júnior se manifestou

375 esclarecendo sobre as questões a serem tratadas no documento proposto, como o direito
376 aos conteúdos ministrados no período de 14 de outubro a 08 de novembro de 2016 e
377 também o trâmite legal dos possíveis recursos. Interrompeu o Conselheiro Robson Laverdi
378 pedindo esclarecimento a respeito do calendário apresentado, se viria anular o anterior.
379 De imediato aclarou o Conselheiro Miguel Archanjo de Freitas Júnior que haveria a
380 extensão do calendário anterior, apresentando os períodos, tanto anterior como o novo
381 período de recomposição e exames finais, sem anular o calendário anterior. O
382 Conselheiro Luiz Alexandre Gonçalves Cunha se referiu ao artigo do documento onde
383 haveria a referência sobre as provas e atividades avaliativas, trazendo à tona também,
384 discussão sobre a questão do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC dos formandos.
385 Corroborou com observação anterior o Conselheiro Robson Laverdi. O Conselheiro Miguel
386 esclareceu que o TCC estaria contemplado dentro dos "processos avaliativos", e que se
387 especificado "um" item, seria dada margem para que fosse cobrado qualquer outro item
388 não previsto. Após debate a respeito do direito do acesso ao conteúdo anteriormente à
389 aplicação das provas e da redação do texto da minuta proposta, encaminhou-se a
390 matéria para votação à aprovação da Resolução a ser emitida com as devidas
391 adequações. Não havendo votos contrários e com uma (1) abstenção, da Conselheira
392 Carina Alves da Silva Darcoletto, a proposta de Resolução foi aprovada por
393 unanimidade. A Senhora Presidente considerou concluída a pauta, passando em seguida
394 à palavra livre. O Conselheiro Raphael Vieira Lopes se manifestou para assegurar aos
395 acadêmicos que em caso de necessidade, poderiam estar recorrendo através de Processo
396 Administrativo ao Colegiado e se preciso, posteriormente ao Conselho de Ensino,
397 Pesquisa e Extensão - CEPE, além do que estariam amparados pela Resolução para
398 resolver. Em seguida a Conselheira Marilisa do Rocio Oliveira reforçou o convite à estreia
399 do Festival Nacional de Teatro - FENATA naquela noite, e que os convites estariam à

400 venda e disposição na Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais - PROEX. Fez uso
401 da palavra o Conselheiro Miguel Archanjo de Freitas Júnior para também reforçar
402 convite de participação em debate sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 55 -
403 PEC 55, e discussão de elaboração de carta aberta com posicionamento da
404 Universidade. Não havendo nada mais a tratar, às onze horas e quarenta e cinco
405 minutos, a Presidência agradeceu a presença de todos e declarou encerrada esta
406 reunião, da qual, eu, Eliane Maria Fidelis, Secretária dos Conselhos Superiores, lavrei a
407 presente ATA, que depois de aprovada será assinada pelos presentes. Auditório do
408 Observatório Astronômico "Manoel Machuca", *Campus Uvaranas*, nove de novembro de
409 dois mil e dezesseis.

410

ATA Nº 05/2016

411 Gisele Alves de Sá Quimelli

412 Alcides Ivan Nunes Rocha

413 Alexandre Camilo Junior

414 Amaury dos Martyres

415 Amazonas Santos Neto

416 Antonio Marcos Maia

417 Ariangelo Hauer Dias

418 Aroldo Messias de Melo Júnior

419 Carina Alves da Silva Darcoleta (suplente)

420	Cristina Berger Fadel	_____
421	Emerson Martins Hilgemberg	_____
422	Fabiana Postiglione Mansani	_____
423	Gabriel Andrade Schleder (suplente)	_____
424	João Manoel Grott	_____
425	Ludmilo Sene	_____
426	Luis Fernando Cerri	_____
427	Luiz Alexandre Gonçalves Cunha	_____
428	Luiz Américo Alves Pereira (suplente)	_____
429	Marcos Vinicius Fidelis	_____
430	Maria Lúcia Cazarin Beserra Madruga	_____
431	Maria Salete Marcon Gomes Vaz	_____
432	Marilisa do Rocio Oliveira	_____
433	Maristella Dalla Pria (suplente)	_____
434	Marli de Fátima Rodrigues	_____
435	Miguel Archanjo de Freitas Júnior	_____
436	Raphael Vieira Lopes	_____
437	Ricardo Zanetti Gomes	_____

- 438 **Robson Laverdi** _____
- 439 **Rosane Falate** _____
- 440 **Rosiléa Clara Werner** _____
- 441 **Silas Guimarães Moro** _____
- 442 **Silviane Buss Tupich** _____
- 443 **Ulisses Coelho** _____
- 444 **Vicente Paulo Hajaki Ribas** _____
- 445 **Presentes:**
- 446 **Dierone César Foltran Júnior** _____
- 447 **Ítalo Sérgio Grande** _____
- 448 **Joani Alves Ferreira** _____
- 449 **João Irineu de Resende Miranda** _____
- 450 **Neomil Macedo** _____
- 451 **Eliane Maria Fidelis - Secretária** _____